

A COLONIALIDADE E A PANDEMIA: QUE CORPOS FAZEM PARTE DESSA ‘HUMANIDADE’?

Gabriela Sarmet¹

Thyago Céu²

A pandemia da Covid-19 é um fenômeno que vem arrasando o mundo, causando efeitos e transtornos que levarão anos para serem apropriadamente mensurados. Economicamente, socialmente e culturalmente, passamos por um verdadeiro colapso, evidenciando um despreparo generalizado para lidarmos com uma ameaça dessa escala. Embora os impactos trazidos pelo coronavírus sejam sentidos em todos os segmentos sociais e econômicos da população mundial, um olhar mais atento aos aspectos interseccionais evidencia uma realidade: enquanto se forja uma narrativa de responsabilidade da ‘humanidade’ pela crise ambiental e sanitária que passamos, os padrões coloniais históricos de espoliação e desumanização seguem afetando desigualmente aqueles condenados (Fanon, 1963) pelo sistema colonial.

No Brasil, desde o começo, a forma como a pandemia da Covid-19 tem sido tratada é o que acreditamos ser uma notória expressão da Colonialidade. A estratificação racial que opera como base da Colonialidade (Quijano, 2000) estrutura também o impacto da [falta de] gestão sobre os impactos da Covid-19, reservando aos corpos oprimidos - ao longo dos séculos os não-civilizados,

1 Mestra em Violência, Conflito e Desenvolvimento pela *School of Oriental and African Studies (SOAS), University of London* e Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Co-fundadora do Coletivo Decolonial e membro associada da *London Mining Network (LMN)*.

2 Liderança comunitária na Fundação xamânica Terra Mirim e co-fundador do Coletivo Decolonial. Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e Bacharel em Humanidades pela Universidade Federal da Bahia (UFBA).

não-catequizados, não-letrados, não-desenvolvidos - uma política de morte. Operou-se aqui através de um falso imaginário de que o impacto do vírus seria igual para todos, independente de nacionalidade, classe, sexo, cor ou religião. Falou-se em “imunização de rebanho” e diminuiu-se a importância de medidas como o isolamento social e o uso correto de máscaras.

Essa premissa irresponsavelmente universalizante reserva para os corpos condenados – corpos negros, indígenas, corpos periféricos e marginalizados – sua faceta mais violenta e genocida. A reprodução dessa falsa universalidade limitou e tornou pouco efetiva as medidas de resposta à doença por todo o território brasileiro, em suas diversidades étnicas, culturais e econômicas. Um ano após as primeiras medidas governamentais, diversos relatórios (OXFAM, 2021; UNDP, 2020) apontam que a pandemia não só teve impactos profundamente desiguais entre populações de diferentes segmentos sociais como, inclusive, aprofundou as desigualdades já existentes. O descaso do poder público brasileiro caracteriza uma efetiva desumanização dos corpos negros e indígenas, muitas vezes ainda mais vulnerabilizados em suas intersecções econômicas, sociais e culturais. O pacto colonial - com sua construção artificial de hierarquias a partir da experiência europeia de mundo - se manteve basilar na determinação das relações de poder do mundo pós-colônias. Como resultado dessa construção, permite-se que, até hoje, a sociedade contemporânea brasileira pense através dessa lógica de perceber certos corpos, sujeitos e subjetividades como de ‘segunda categoria’. Suas mortes são, assim, ignoradas na concepção de política pública nacional, que cruelmente se omite diante do espetáculo de dor que se descortina em nosso território.

O Observatório das Favelas, do Rio de Janeiro, lançou o Mapa Social do Corona cuja sétima edição evidencia as conexões entre os impactos da Covid-19 na capital fluminense e o racismo estrutural, marcante da sociedade brasileira. A publicação enfatiza que a forma como o racismo determina a [falta de] atenção e acesso à saúde da maioria da população acaba condicionando quais serão as pessoas mais afetadas pela pandemia. O fato

das maiores ocorrências de óbitos no Rio se concentrarem em bairros de população negra, superando a marca de 60% (Favelas, 2020), é um exemplo nítido disso. Ademais, o recorte de idade também se mostra sumamente importante já que nesses mesmos bairros há uma maior concentração de mortes daqueles em uma faixa etária mais jovem. Portanto, somado ao fato de que a população negra e jovem é a mais atingida pela violência no Brasil - sendo mais 75% dos alvos de homicídios em 2018 (IPEA, 2020) - a pandemia agora contribui nesse extermínio dessa grande parcela da população.

Essa abordagem dominante moderna/colonial capitalista (Grosfoguel, 2002) também estimula um modo de viver, ser e interagir com a Natureza que reproduz uma noção de constante necessidade de extrativismo exploratório, sem importar os seus custos socioambientais. Não à toa, é possível reconhecer críticas à já importante discussão do Antropoceno que entende o ser humano como força geológica, principal motor da atual emergência climática. Será toda a espécie humana responsável pelo colapso que vivemos?

Não é a "humanidade" - nesse conceito universal e abstrato - que vem causando tudo isso. Vivemos em sociedades estruturalmente desiguais, onde há uma completa isenção de responsabilidades daqueles que contribuem com esse sistema produtivista destrutivo que recorre a múltiplas formas de violências para acumular de capital e, com isso, nos leva a uma efetiva ameaça à todas as formas de vida no planeta. Essa violência é o próprio combustível para os projetos de desenvolvimento, numa lógica que valida a remoção de pessoas de seus territórios tradicionais e a extração implacável de tudo o que vem da terra até sua exaustão, numa nítida expressão de violência colonial. Essa violência é sistêmica, múltipla e marcada por muitos atravessamentos - raça, gênero, classe, orientação sexual, modo de ver o mundo (cosmovisão) - e sua efetivação é uma evidente reprodução de um modo de existir marcado pela colonialidade.

Quando os últimos - o povo da mercadoria (Kopenawa, 2015), esses enfeitiçados pela lógica capitalista de mercado - fantasiam medidores de "sustentabilidade e impacto social" de seus investimentos, a dita

Environmental, Social and Corporate Governance (ESG), decidem oferecer trabalho àqueles mais impactados pelos efeitos climáticos de seus próprios projetos. Assim, inverte-se as prioridades para acomodar culpa colonial em vez de designar responsabilidades diferenciadas.

Por isso que nos parece curioso, para dizer o mínimo, discursos homogenizantes como "a humanidade é o vírus", ou "a espécie humana é responsável pela destruição do planeta" quando enquanto alguns indivíduos acumulam quantidades de riquezas inimagináveis, existem quase 1 bilhão de pessoas por todo o mundo que, hoje, não tem sequer acesso à energia elétrica. Segundo dados da FAO (2019), mais de 800 milhões de pessoas passam fome; 700 milhões não tem acesso à água potável; pelo menos 3 bilhões de pessoas no mundo não tem gás de cozinha para preparar alimentos. Além disso, segundo dados do próprio Ministério da Saúde (2017) cerca de 15 brasileiros morrem por dia por desnutrição. Mais recentemente, o IBGE (2020) publicou um estudo mostrando que mais de 10 milhões de brasileiros não estão tendo comida suficiente para comer por dia. Seria isso resultado de falta de alimentos, ou falta de terra para que as pessoas tenham autonomia para produzir seus próprios alimentos? Considerando o relatório da OXFAM (2019), é possível verificar que os 6 homens mais ricos do Brasil concentram exatamente a mesma riqueza que os 50% mais pobres da população. Nesse sentido, não vivemos um problema de escassez e sim de alta concentração de terra, poder e renda nas mãos de poucos. Enquanto isso, milhões são governados por uma política de morte movida pelo/para o Capital e suas grandes corporações, muito bem respaldada pelas arquiteturas jurídico-econômicas do Estado. Nesse sentido, cabe a pergunta: seria certo a responsabilidade pelo colapso sanitário e desastre socioambiental que vivemos hoje ser dividida por todos os seres humanos igualmente?

De posse de dados tão alarmantes, nos parece cruel e antipedagógico dizer que a emergência climática é "culpa da espécie humana". Quando nos baseamos em evidências científicas, não resta dúvidas de que a maior parte das emissões estão concentradas no centro do sistema

capitalista-moderno/colonial. Sua capacidade de gerar padrões de destruição se expressa não só em suas próprias emissões e impactos, como também na exploração descontrolada de recursos, populações e territórios destinados a produção tecnológica e industrial. É através de todas as formas de negacionismo, científico e histórico que a colonialidade opera, continuando a ceifar cada vez mais vidas em meio a essa pandemia.

REFERÊNCIAS

- FAO. (2019). *Safeguarding against economic slowdowns and downturns*.
- Fanon, F. (1963). *The Wretched of The Earth*. Grove Press.
- Favelas, O. de. (2020). *Mapa Social do Corona #07*. 7, 18.
- Grosfoguel, R. (2002). Colonial Difference, Geopolitics of Knowledge, and Global Coloniality in the Modern/Colonial Capitalist World-System. *Review (Fernand Braudel Center)*, 25(3), 203–224. JSTOR.
- IPEA. (2020). *Atlas da Violência 2020*. 96.
- Kopenawa, D. (2015). *A Queda do Céu: Palavras de um xamã yanomami*. Companhia das Letras.
- OXFAM. (2019). *Brazil: Extreme inequality in numbers*. Oxfam International. <https://www.oxfam.org/en/brazil-extreme-inequality-numbers>
- OXFAM. (2021). *Pandemia e desigualdades: Super-ricos recuperam perdas em tempo recorde, os mais pobres terão que esperar mais de uma década*. Oxfam Brasil. <https://www.oxfam.org.br/publicacao/pandemia-e-desigualdades/>
- Quijano, A. (2000). Coloniality of Power, Eurocentrism, and Latin America. *Nepantla: Views from South*, 1(3), 533–580.
- UNDP. (2020). *Relatório do UNICEF e do PNUD mostra o impacto da pandemia na educação | PNUD Brasil*. UNDP. <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/presscenter/articles/2020/relatorio-do-unicef-e-do-pnud-mostra-o-impacto-da-pandemia-na-ed.html>